

## A MERCANTILIZAÇÃO DO ÉDEN: O homem e a natureza sob o olhar de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux

DANIEL RINCON CAIRES\*

### Sobre as fontes

Trabalhar com relatos dos primeiros europeus a terem contato com o Novo Mundo suscita uma série de dúvidas ao historiador, a respeito de como considerar as informações ali presentes. A forma de se relacionar com esse tipo de fonte vem variando ao longo do tempo. No passado, havia uma tendência de se tomar suas palavras como verdades inabaláveis, conferindo valor de sentenças férreas a cada um de seus parágrafos. Foi pensando assim que o literato maranhense João Francisco Lisboa, em meados do século XIX, recorreu às obras dos cronistas, entre os quais listou Claude d'Abbeville, Hans Staden, Gabriel Soares Moreno, e concluiu

[...] à vista de tantos fatos, *atestados por tantos autorizados escritores*, que os nossos antigos selvagens eram não somente um povo bruto, feroz, cruel e sanguinário, senão indolente, inerte, profundamente corrompido, dado à crápula e à devassidão, e já entregue no meio daquela branca barba e todos os vícios e torpezas da mais refinada civilização tiberiana. (LISBOA apud FARIA, 2004: 104, grifo nosso)

Como ele, muitos outros deixaram de considerar as intencionalidades, incompreensões, distorções propositais e inconscientes e erros contidos naquelas obras. Há muito que essa posição “ingênua” em relação às fontes foi abandonada. Graças a uma série de revoluções na historiografia, o relacionamento com as fontes sofreu revisões e aperfeiçoamentos técnicos e metodológicos que elevaram a qualidade dos estudos.

Ronald Raminelli, que escreveu sobre a mulher tupinambá, buscando informações nos cronistas do Brasil dos quinhentos e seiscentos, oferece um exemplo do atual estágio da crítica dessas fontes. Logo de início, deixa claro que os considera escritos pouco precisos e contraditórios, onde o viés europeu marcava as observações e as particularidades locais eram ignoradas (RAMINELLI, 2005: 11). Para ele, tais relatos servem como *representação*, ou seja, como “forma de percepção e apreensão do real, determinada pelo lugar social de quem as elabora” (FARIA, 2004: 109, nota 6).

---

\* Pesquisador ligado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), pós-graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP).

Considerados dessa forma, eles dizem mais sobre quem os produziu do que sobre seus objetos.

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda traçou o quadro do imaginário europeu dos séculos XVI e XVII, demonstrando que os limites do real eram difusos e imprecisos, o que legou, nos escritos daqueles navegantes, capitães, religiosos, degredados e outros, uma marca com as tintas do fantástico e do maravilhoso.

Essas considerações são importantes companheiras de quem busca analisar aspectos do passado colonial brasileiro por meio daquela literatura de viagem, impedindo que se volte a cometer erros já superados. No entanto, é preciso considerar também que há vozes dissonantes. O antropólogo Carlos Fausto, que analisou os antigos Tupinambá por meio daquelas fontes, considerou que, ao menos no que tange às observações “etnológicas” daqueles cronistas, há certa homogeneidade de informações que permite conferir a elas algum grau de fundamento e de validade. São informações similares emitidas por homens que escreveram de posições bastante distintas, variando de acordo com “[...] o tipo de envolvimento que tiveram com os índios, quanto tempo aqui permaneceram, para que vieram, o que almejavam, a quem serviam” (FAUSTO, 2003: 381).

Além disso, não se pode tomar os relatos escritos nos séculos XVI e XVII como um conjunto homogêneo e indistinto. Há diversas nuances entre as obras daquele período. Mesmo entre registros que partiram da mesma experiência, como os dos capuchinhos Yves d’Evreux e Claude d’Abbeville, que serviram juntos na França Equinocial, há mais diferenças que semelhanças. Dessa maneira, talvez seja mais adequado que se faça uma análise individualizada de cada um dessas obras, de maneira a adequar os filtros às peculiaridades de cada uma delas.

### **Os relatos de Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux**

O relato do capuchinho Claude d’Abbeville delinea a reação do europeu frente à natureza brasileira, a percepção da exuberância, abundância e fertilidade, o medo diante das forças não domadas, e, acima de tudo, a imediata mercantilização da natureza, num olhar que quantificava o valor comercial de plantas, animais, águas, rochas e tudo o mais que compunha o cenário maranhense. Essa forma singular de

apresentação da natureza, do clima e do homem americano deve ser creditada ao papel que o livro de Abbeville representava no momento em que foi publicado: ele era parte de uma “campanha publicitária” (DAHER, 2007: 91) em favor da França Equinocial, que buscava atrair atenção para o empreendimento, carente de investimentos e colonos. Compreendendo que o relato nasceu para servir a esse propósito, compreende-se o tom hiperbólico e otimista, entende-se o motivo das omissões de uma série de empecilhos, dificuldades e ameaças ao sucesso da colônia. Ressalte-se, ainda, que Claude passou apenas quatro meses na Ilha do Maranhão, retornando logo com o objetivo de ajudar a amealhar mais recursos para o empreendimento.

Yves d’Evreux, pelo contrário, permaneceu no Maranhão por dois anos, e por isso acabou tendo um envolvimento mais profundo com a realidade local. Testemunhou também a ruína do empreendimento, tendo deixado o Brasil, doente e abatido, pouco tempo antes da reconquista da região pelos portugueses. O relato desse capuchinho demonstra sua intensa vocação de naturalista e etnólogo, que o fez dedicar grandes esforços em descrever e explicar as ações dos “selvagens”, o comportamento das espécies animais da região e, ainda, as relações entre homens e animais. O livro de Evreux teve menos sorte que o de seu predecessor: iniciou-se sua publicação quando uma união dinástica entre franceses e espanhóis fez cessar o apoio da Coroa francesa ao empreendimento colonial. A obra do capuchinho foi censurada, e abortou-se sua impressão. Por sorte, algumas cópias foram salvas por Francisco de Razilly, um dos maiores interessados nos projetos maranhenses, que doou ao rei Luis XIII uma edição mutilada da obra<sup>1</sup>.

Entre aqueles que teorizaram sobre as possibilidades da história ambiental, alguns apontaram como uma de suas vertentes mais férteis aquela que analisa as implicações das estruturas sociais sobre a natureza, especialmente quando se trata de momentos de transição. Para José Augusto Drummond, por exemplo, o objetivo seria identificar, em escala regional e local, que tipos de sociedade se formaram em torno de diferentes recursos naturais, que permanência tiveram essas sociedades e que tipo de

---

<sup>1</sup> A obra censurada permaneceu intocada na Biblioteca Real até o século XIX, quando Ferdinand Denis a recuperou e iniciou sua divulgação. Recentemente, o historiador Franz Obermeier encontrou um exemplar quase completo desta obra na *New York Public Library*. Os trechos censurados, ação que Obermeier credits ao próprio Razzily, foram publicados numa edição do Boletim do Museu Goeldi (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 1, p. 195-251, jan-abr. 2005)

consequências elas criaram para os seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedade. (DRUMMOND, 1991: 195)

Os relatos de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux flagram exatamente essa transição, descrevendo inicialmente as estruturas organizadas pelos Tupinambá - que implicavam em um certos posicionamentos em relação ao mundo natural circundante, em técnicas e conhecimentos que usavam para explorar os recursos naturais a seu favor – já mesclados com valores e práticas dos europeus. Os franceses que ali conviviam com os Tupinambá, até 1612, eram bastante permeáveis às formas de vida locais, “indianizando-se” livremente. A transição nítida ocorre com a instalação da colônia, cujas autoridades passam a ordenar comportamentos e pensamentos, criminalizando certos aspectos da cultura local.

Quando chegaram ao Maranhão, as três embarcações que traziam os membros da França Equinocial encontraram 400 franceses vivendo entre os Tupinambá (DAHER, 2007: 56). A convivência entre eles vinha já de mais de 40 anos, estimulada pelas vantagens comerciais que os navegadores da França obtinham no comércio de itens com os índios.

Pelo relato de Yves percebe-se que “fazer o Brasil” era prática tão comum que havia gerado um *savoir faire*, como o de qualquer outro ofício, transmitido de veteranos para principiantes. Um dos capítulos da obra daquele capuchinho é dedicado justamente a oferecer alguns conselhos aos neófitos em coisas de Brasil, indicando o que deveriam levar – sortimentos para si e para os “selvagens”, “a fim de obter deles víveres e outros gêneros” (EVREUX, 2002: 239), como deveriam agir na travessia, a melhor forma de preservar os víveres e mercadorias embarcados, protegendo-os da corrupção, dos ratos e insetos e dos “gatunos” a bordo e indicando a melhor forma de escolher um “compadre”.

Entre os Tupinambá, o prolongado contato também já havia criado uma série de comportamentos padronizados. Apenas avistavam um navio, enfeitavam-se de penas e outros ornamentos e embarcavam em suas canoas, indo receber festivamente os franceses. O objetivo dessas ações não era apenas proporcionar uma recepção calorosa: havia motivos mais venais. Seus discursos nessas ocasiões revelavam os móveis de suas ações:

aí vem navios de França, e eu vou ter um bom compadre, ele me dará machados, foices, facas, espadas e roupa: eu lhe darei minha filha, irei caçar e pescar para ele, plantarei muito algodão, dar-lhe-ei gaviões e âmbar, e ficarei rico, porque hei de escolher um bom compadre, que tenha muitas mercadorias. (EVREUX, 2002: 243)

Ainda que haja algum exagero por parte do capuchinho, que carrega nas tintas dramáticas nesse trecho de seu relato, talvez querendo animar mais franceses a se engajarem no empreendimento colonial, esses capítulos demonstram que o contato comercial prolongado havia criado uma certa estrutura relacional entre europeus e índios, onde de cada um se esperava o cumprimento de certas prerrogativas: dos franceses, que distribuíssem prodigamente as mercadorias trazidas de lá, dos índios, que proporcionassem os gêneros da terra e que hospedassem e alimentassem seus hóspedes. Nem sempre essas obrigações eram cumpridas a risca, e por isso Yves asseverava, amparado na experiência que o tempo trouxe a esse ofício, que o francês devia escolher bem o seu compadre, observando se possuía cães e canoa, com os quais obteria a caça para lhe alimentar, e que não fosse muito liberal na concessão de dádivas, para que não se tornassem os índios preguiçosos e desestimulados, nem avaro demais, o que traria má fama e impediria o acesso aos bens da terra. O ideal era que agisse de maneira a “trazê-los sempre na expectativa” (EVREUX, 2002: 246).

A técnica metalúrgica dominada pelos europeus, ou seja, a capacidade de transformar minérios em ferramentas úteis, talvez tenha sido fundamental para assegurar a fixação deles no Brasil, uma vez que tais objetos serviram como moeda de troca com os locais. Nas palavras de José Augusto Drummond:

Apesar da abundância de minério de ferro em vários pontos do território do Brasil, os povos indígenas que os percorriam não lhe davam importância. Mas os instrumentos metálicos introduzidos pelos europeus - como facas e machados - foram altamente valorizados pelos mesmos indígenas. O desejo do indígena de possuir objetos metálicos até então desconhecidos e a capacidade européia de supri-los afetaram as relações entre nativos e colonizadores. (DRUMMOND, 1991: 182)

Outra prática que o longo tempo de contato trouxe foi o concubinato entre os franceses e as moças da terra, geralmente filhas ou parentas de seus compadres. O costume era tão arraigado que já deixara marcas na língua local. O francês aliado por hospitalidade era chamado *tuasap*; era incorporado como genro (*taiuuém*) ou filho (*taíre*) quando tornava a filha do compadre sua concubina (EVREUX, 2002: 138-9). Os filhos nascidos dessas relações eram chamados *mulatres* (EVREUX, 2002: 140). As

moças em situação de concubinato eram renomeadas, passando a se chamar Maria, tendo por sobrenome o do francês a quem se ligam (EVREUX, 2002: 70-1).

Mesmo os que vieram com as naus do empreendimento colonial procuraram seguir esse padrão de organização. Tão logo se encerraram os trabalhos de ereção do Forte de São Luís, uma comitiva se dirigiu às autoridades pedindo autorização para ir residir com os índios:

Quanto aos franceses que não quiseram ficar residindo no Forte, conforme combinado de início, foi-lhes permitido retirar-se, como o fizeram, em grupos de dez ou doze, e residir nas aldeias, onde lhes aprobevesse, hospedando-se com os índios que os haviam convidado. (ABBEVILLE, 1975: 58)

Nos quarenta ou cinquenta anos de contatos entre franceses e os Tupinambá que precederam o estabelecimento da França Equinocial, os costumes locais foram respeitados pelos europeus, que se adaptaram a eles, adotando-os em larga medida. Guiou-os a essa atitude a conveniência, decerto, pois assim agindo garantiam uma estada segura e lucrativa no Brasil. Certamente, o fato de se livrarem das imposições originais, das interdições religiosas e do estigma social que os acompanhavam na Europa, e que os abandonavam assim que pisavam em terra brasileira, contribuíram também para a “indianização” dos franceses.

Qualquer que tenham sido os motivos que estimularam os franceses a aceitar esse processo de aculturação, deve-se incluir entre eles a dependência que tinham das técnicas e sabedorias dos Tupinambá para lidar com a natureza local. Sem esses elementos, a sobrevivência teria sido impossível, quanto mais o lucro. As mercadorias comercializadas à época da chegada do empreendimento colonial foram listadas por Abbeville:

O que se tira agora da terra consiste em pau-brasil, madeiras preciosas e outras. Colhe-se também o algodão, o urucu, espécie de tinta vermelha muito abundante e também outra tinta encarnada que se assemelha à laca. Encontra-se também a cana fístula [...] e ainda o bálsamo verdadeiro como na Arábia.

Prepara-se também muito tabaco, planta assaz conhecida e que aí se encontra em abundância e é muito procurada, alcançando bom preço na França, nas Flandres e na Inglaterra.

[...] Acha-se comumente âmbar pardo ao longo da costa habitadas pelos canibais. Há uma espécie de jaspe verde de que fazem pedras para os lábios; também rochas de cristal vermelho ou branco, mais duras do que as pedras ou diamantes ditos de Alençon e com outras particularidades. (ABBEVILLE, 1975: 162-3)

Fica claro que tais “mercadorias” só podem ser eficientemente aproveitadas com o auxílio do conjunto de conhecimentos e técnicas desenvolvidos ao longo do tempo pelos Tupinambá, que também por seu expressivo número supriam a escassa força de

trabalho dos poucos franceses que ali viviam. Sendo tais produtos todos de origem natural, resultado da extração direta ou da agricultura, o peso dos interesses comerciais franceses sobre a natureza do Maranhão deve ter sido considerável. O contato, ainda que nessa altura se desse sem hierarquizações culturais ou imposições de sistemas exógenos, sendo realizado ainda dentro dos mecanismos produtivos originais dos Tupinambá – ou seja, sem expressivas modificações qualitativas - representava, no mínimo, uma multiplicação quantitativa da pressão humana sobre a natureza.

A própria atitude mental dos Tupinambá em relação à natureza parece ter se modificado. De uma economia voltada para sua manutenção e reprodução, os Tupinambá se “mercantilizaram”, e passaram a explorar os recursos de maneira a gerar excedentes comercializáveis. Um exemplo disso pode ser encontrado no trecho em que Evreux descreve a expedição que faziam à região do Piri, distante 40 léguas da Ilha, onde se aproveitavam do ciclo natural das cheias para capturar peixes presos em lagoas formadas pelo recuo das águas. Além desse recurso, capturavam também jacarés e tartarugas. Destas, que ocorriam em “quantidades incríveis” no Piri, traziam vivas “tantas quanto podem” (EVREUX, 2002: 206), e negociavam com elas na volta, com grande liberalidade. Yves obteve de índios que voltavam do Piri, em troca de “uma faquinha de custo de um soldo na França”, setenta tartarugas, às quais se somaram mais vinte e cinco que ficaram como paga pela farinha oferecida num jantar (EVREUX, 2002: 206).

Outro exemplo de como os comportamentos dos Tupinambá já estavam modificados pelo contato com a mentalidade comercial dos europeus vem de um trecho em que Abbeville comenta que diziam os franceses que

[...] com eles viveram durante dezoito e vinte anos que no passado eram muito mais liberais. O pouco que receberam dos franceses em troca do muito que deram tornou-os finalmente avaros e desconfiados. E hoje nada fazem, nem dão, sem antes ter recebido muito mais. Ainda assim é bem pouco o que desejam em troca do que dão ou fazem. (ABBEVILLE, 1975: 228).

Com a chegada do empreendimento colonial francês, chancelado pela Regente, abriu-se um novo capítulo nas relações entre as gentes que viviam no Maranhão àquela altura. Tratava-se, agora, de imprimir modificações *qualitativas* no trato com os locais e com a natureza circundante. Modificações maiores e mais profundas estavam em gestação. De pronto, os hábitos familiares locais, até então tolerados e adotados pelos

européus, foram interditados em nome da Religião e para o bem da Colônia. No código de leis promulgado pelos chefes da França Equinocial, figurava o seguinte artigo:

Ordenamos que se não pratiquem quaisquer atos desonestos com as filhas dos índios, sob pena, da primeira vez, de servir o delinqüente como escravo na colônia por espaço de um mês; da segunda de trazer ferros aos pés por dois meses; da terceira de ser conduzidos à nossa presença para o castigo que julgarmos justo. (ABBEVILLE, 1975: 128)

A partir daí, o que era aberto, público e socialmente aceito, tornou-se clandestino, proibido e estigmatizado como pecado. O padre Yves, vigilante da moralidade aos moldes cristãos, indicou que os índios assimilaram a lei melhor que os próprios franceses, afirmando que

Este costume foi proibido aos franceses, e se há alguma falta a esse respeito, é ocultamente, e os próprios selvagens, que no princípio dessa proibição desconfiaram da fidelidade e da amizade dos franceses, apenas souberam que Deus só permitiria a posse da mulher por meio do casamento, e que os padres, missionários de Deus, assim o pregavam e proibiam por ordem do Maioral, mostram-se escandalizados quando vêem o contrário, que denunciam logo a este e a nós, de maneira que qualquer francês deve fazer seus negócios mui ocultamente se não quiser ser conhecido. (EVREUX, 2002: 71)

Caso a ameaça de prisão e de serviços forçados não fossem suficientes, Yves acenava ainda com outra punição para os pecadores: a doença. Alegava que a “excessiva comunicação com as raparigas indígenas” (EVREUX, 2002: 163) trazia o *piã*, terrível moléstia que matava o portador após dois anos de terríveis sofrimentos.

A chegada dessa comissão impositiva e cerceadora das liberdades praticadas no Maranhão por meio século gerou, evidentemente, reações e controvérsias. Um capitão de navio mercante, que vivia ali há algum tempo, afirmou que

[...] o papa não tinha poder sobre o mar, porque Deus havia dito a São Pedro que seu poder estendia-se somente sobre a terra, e por isso todos os que passam o mar em busca destas terras não estão mais sujeitos aos mandamentos da Igreja, podendo mui livremente tomar uma rapariga para concubina. (EVREUX, 2002: 155)

Mas não eram somente os hábitos sexuais dos índios e franceses que as autoridades da Colônia desejavam normatizar. Eles traziam expectativas que, se concretizadas, subverteriam toda a organização socioeconômica local. A vida itinerante, onde roças e aldeias variavam no espaço da Ilha, era incompreendida, vista como perniciososa, desnecessária e carente de esforços retificadores. As atividades produtivas desenvolvidas eram tidas como insuficientes, e os padres não hesitaram em caracterizar os Tupinambá como “preguiçosos”. Desejavam civilizá-los, torná-los “cidadãos”, o que significava “[...] viverem reunidos numa cidade, negociando, aprendendo ofícios, estudando, escrevendo e adquirindo ciência” (EVREUX, 2002: 116).



Na verdade, os planos para a região incluíam intensificar a produção de itens comercializáveis, por meio de coletas mais intensas e em locais mais distantes e pela introdução de cultivos exógenos pois, segundo Abbeville, “os que exploram a terra do Maranhão sabem a que ponto é própria para cultivo da cana de açúcar” (ABBEVILLE, 1975: 162). Acima de tudo, interessava aos franceses reorganizar a forma de exploração da mão-de-obra indígena, pois o antigo sistema de compadrio e trocas não seria capaz de fornecer o grau de esforços necessários à realização dos planos dos artífices da Colônia. Apesar de não ser explicitamente admitido nos relatos dos capuchinhos, a implantação da França Equinocial resultou em aumento de casos de escravização dos índios.

Essas modificações todas transparecem no impressionante discurso de Momboré-uaçú, um ancião que testemunhara o estabelecimento dos portugueses em Pernambuco, de onde fugira em meio ao imenso êxodo que fizeram os Tupinambá, evitando o contato, muitas décadas atrás.

Ele comparou a atitude dos franceses à dos portugueses, pois aqueles também, de início, “não faziam senão traficar, sem pretenderem fixar residência”. Nessa altura, “dormiam livremente com as raparigas”. Em pouco tempo, disseram que seria necessário que se acostumassem com eles, porque deveriam “construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades” para morar com os índios. Parecia que queriam formar uma só nação com os Tupinambá, mas em seguida começaram a rejeitar as moças, dizendo que não podiam estar em sua companhia senão mediante casamento, e que elas não poderiam se casar se não fossem batizadas. Começaram então a exigir escravos, e não satisfeitos com aqueles capturados em guerra oferecidos pelos Tupinambá, “quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação”. Momboré-uaçú percebeu e explicitou a similaridade das ações de portugueses e franceses. (ABBEVILLE, 1975: 115-116)

Os artífices da França Equinocial, no entanto, não tiveram tempo de empreender todas as mudanças que pretendiam. Em cerca de três anos perderiam o controle da região, sendo expulsos. Seriam os portugueses que, a ferro e fogo, imporiam uma nova ordem econômica e social no Maranhão, destruindo os Tupinambá e submetendo a natureza a seus desígnios.

## Cidade, agricultura, comércio e natureza

Exemplo prático de como a implantação da efêmera França Equinocial (1612 – 1615) alterou as relações com a natureza pode ser visto nos novos modelos de urbanização, organização da mão-de-obra e de agricultura que foram inseridos ou que se pretendia inserir. Um dos primeiros atos da expedição colonizadora consistiu na “localização” de um forte. O evento ocorrido há quase 400 anos, foi narrado pelo padre capuchinho Claude d’Abbeville

Reconhecendo os índios a necessidade desse forte, por ser tanto de seu interesse como do nosso, começaram imediatamente a trabalhar com muita alegria e boa vontade, edificando logo cabanas para os franceses, feitas de pequenas árvores de doze, quinze e vinte pés, conforme a altura desejada. Enterrando essas árvores no chão, umas ao lado das outras, prendiam-nas em seguida com outros paus atravessados, com barrotes e vigas. Por cima estendiam ripas e cobriam tudo com folhas de palmeira [...]” (ABBEVILLE, 1975: 58)

O local escolhido, uma elevação de frente para o mar, na confluência das barras dos rios Anil e Bacanga, parecia ser “[...] incontestável e tanto mais forte quanto cercado por completo por dois rios muito profundos e largos que desembocam no mar ao pé do dito rochedo [...]” (ABBEVILLE, 1975: 58). Além dos aspectos defensivos, a área era rica em fontes de água. Ali foi estabelecido o núcleo principal do empreendimento francês, o embrião de uma *cidade*. Essa forma de organizar o espaço era uma novidade na região da Ilha do Maranhão e circunvizinhanças. Os quatrocentos franceses que ali viviam desde antes da chegada da missão colonizadora adotavam os costumes locais, residindo nas aldeias, estabelecendo ligações familiares com os nativos, emaranhando-se com a cultura local. A partir de 1612 os padrões europeus seriam impostos às pessoas e à natureza maranhense.

A forma de construir dos tupinambás era bastante estranha aos olhos dos europeus, que sentiam falta dos elementos aos quais estavam acostumados

[...] essas aldeias não são como as nossas, e menos ainda se parecem com cidades bem edificadas, cercadas de baluartes ou trincheiras, ou ainda de fossos, com ricos palácios, belas residências e castelos inexpugnáveis. Suas aldeias [...] não passam de quatro cabanas feitas de paus grossos ou estacas e cobertas de cima a baixo com folhas de palmeira [...]. (ABBEVILLE, 1975: 139)

Observador cuidadoso dos hábitos locais, Abbeville descreveu minuciosamente o processo construtivo dos tupinambás, apontando as preferências na escolha do sítio de assentamento:

Habitam em geral [...] os matos mais próximos do mar, para pescarem, ou à margem dos rios por causa da água doce necessária à vida. Encontrando o lugar adequado, cortam a mata e formam uma grande praça quadrada a que põem fogo para destruir a vegetação e limpar o terreno. Aí constroem, então, bem no centro, quatro grandes habitações em forma de claustro. São essas cabanas feitas de madeira e recobertas de pindó, de alto a baixo, como foi dito, e compridas e largas nas proporções julgadas necessárias para abrigo de todo o povo da aldeia. (ABBEVILLE, 1975: 222)

Assim considerado, não se pode discordar de Warren Dean, quando afirma que

Podemos visitar a floresta tropical e até especializarmo-nos na extração das mil e uma raridades que ela oferece, mas não moramos nela, exceto em desespero. O “morador” humano brasileiro da floresta vive em suas margens, perto de cursos d’água ou campos. Ali, onde dois ou mais ecossistemas se juntam, os caçadores-coletores conseguem reunir recursos variados. Quando sediam suas moradias na própria floresta, abrem uma clareira ampla de terra batida, larga o bastante para evitar o perigo de queda de árvores e formar uma terra de ninguém onde insetos nocivos e répteis predadores possam ser avistados e eliminados. Para viver no meio da floresta, os moradores da floresta necessariamente a derrubam. (DEAN, 1996: 30)

Ele aponta que a escolha de áreas próximas a cursos d’água é uma busca pela “confluência de ecossistemas”, que multiplica a possibilidade de encontrar recursos. De fato, a devastação causada pela “cidade” dos tupinambás não pode ser ignorada, porém, ela é nitidamente menos danosa que as práticas dos europeus porque tem caráter itinerante. Como anotou Abbeville:

Após cinco ou seis anos, pois não costumam ficar mais tempo no mesmo lugar, destroem e queimam a aldeia e vão edificar outra mais adiante, a uma distância de meia légua pouco mais ou menos, dando-lhe, entretanto, o mesmo nome da precedente. Assim fazem, segundo afirmam, pela única razão de terem feito o mesmo seus antepassados. (ABBEVILLE, 1975: 222)

Esse costume dava à floresta tempo para se recuperar. Ainda que a vegetação renascida fosse menos diversa que a que existia primitivamente, e que algumas espécies não voltem a ocorrer em locais de derrubada, ao menos o tempo de pousio oferecido permitia a volta de certo equilíbrio natural.

Além de novos conceitos relativos à organização espacial da sociedade, os europeus introduziram todo um conjunto de constructos mentais que incidiam sobre as instituições humanas, alterando, além das relações sociais, políticas e econômicas, as posturas diante da natureza. Os portugueses, que assumiram o controle do lugar após a derrota da França Equinocial, deram continuidade ao empreendimento urbanizador, aproveitando-se das estruturas já proporcionadas pelos inimigos e ampliando a dominação progressivamente. Amparado nas Ordenações Filipinas, o engenheiro-mor do Estado do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, elaborou um plano de arruamento orientador do crescimento da cidade, que foi seguido como norma pelos governantes

locais. Tal projeto, marcado pela perseguição aos ideais renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos, demarcava a “vitória da linha reta” sobre as alteridades da paisagem natural, pois a *cidade* “[...] se desenvolveu por um arruamento organizado em uma malha ortogonal, sem hierarquização ou distinção funcional das ruas [...]” (LOPES, 2008: 13), um modelo que foi reproduzido pelos dois séculos seguintes.

A insistência neste modelo de cidade – que não dialogava com a natureza circundante, antes impunha seus desígnios - implicava na utilização intensiva dos recursos, que tendiam ao esgotamento. Yves d’Evreux, companheiro de Abbeville nessa missão, anotou que a penúria que passavam os franceses no forte seria insuportável não fosse o “pão que lhe viesse de alhures” (EVREUX, 2002: 69). Desconhecendo a dinâmica da coivara e as características do terreno sedimentar da Ilha, que exigia um período de descanso para voltar a produzir, afirmou que a culpa de exaurir a área era dos “selvagens”, que “[...] cultivaram a seu modo, ou para melhor dizer a esterilizaram, visto que depois de três anos faltam-lhe forças para produzir coisa alguma, além de matos agrestes, sendo necessário descansar por muitos anos” (EVREUX, 2002: 69). Aquele local escolhido pelos franceses, embora fosse desejável por oferecer um bom ponto de defesa, era inviável para a agricultura, pois havia sido explorado pelos tupinambás há pouco, e não havia se recuperado da drenagem de seus nutrientes. A necessidade do pouso era reconhecida pelos tupinambás. Um dos motivos que os levava a trocar de local de moradia de tempos em tempos, segundo informaram Abbeville, era que “[...] a mandioca e a batata com que se alimentam se comprazem em terras novas e produzem mais” (ABBEVILLE, 1975: 222).

Buscando o pão alhures, os franceses acabaram por concentrar grande pressão sobre as espécies animais das imediações, que passaram a servir-lhes de alimento. Um dos animais mais perseguidos foi o peixe-boi, que serviu para aplacar a escassez de víveres no Forte. Como apontou o próprio Evreux, “para remediar esta falta, resolveu-se mandar pescar peixe-boi, a 30 ou 40 léguas distante da Ilha” (EVREUX, 2002: 70). Dessa forma, percebe-se que a cidade dos europeus era, por definição, dependente do comércio, ou seja, demandava itens de outros locais que suprissem as carências estruturais dos moradores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ABBEVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao Norte do Brasil: feita nos anos de 1613 e 1614**. Tradução de César Augusto Marques. São Paulo: Siciliano, 2002.

DAHER, Andrea. **O Brasil Francês – As singularidades da França Equinocial (1612-1615)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo – A História e a Destruição da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. pp. 177 - 197

FARIA, Regina Helena Martins de. **Escravos, Livres Pobres, Índios e Imigrantes Estrangeiros nas Representações das Elites do Maranhão Oitocentista**. In: COSTA, Wagner Cabral da. História do Maranhão: Novos Estudos. São Luís: EDUFMA, 2004. pp. 81 – 112

FISHMAN, Laura. **Crossing Gender Boundaries: Tupi and European Women in the Eyes of Claude d'Abbeville**. French Colonial History, Vol. 4, 2003, City University of New York. pp. 81-98

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

\_\_\_\_\_. **Visão do Paraíso – os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís: história urbana**. In: São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara – Guia de Arquitetura e Paisagem. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. pp. 10 – 50.

OBERMEIER, Franz. **Documentos sobre a Colônia Francesa no Maranhão (1612-1615) – As partes censuradas do livro de Yves d'Evreux**. In: COSTA, Wagner Cabral da. História do Maranhão: Novos Estudos. São Luís: EDUFMA, 2004. pp. 30-50

RAMINELLI, Ronald. **Eva Tupinambá**. In: PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 11-45.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Tradução de José Augusto Drummond. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, pp. 198-215.